



PROCONVE

Fase L6 - Novos Modelos

Henry Joseph Jr.

Novembro/2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
RESOLUÇÃO Nº 415, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009

Classific.	Combust. ⁽⁷⁾	Tipo	M.V.E.	PROCONVE Fase	Data Aplicação	Limites de Emissões								Durabilidade Emissões ⁽⁶⁾ (km)
						CO (g/km)	HC (g/km)	NMHC (g/km)	NOx (g/km)	CHO ⁽²⁾ (g/km)	P.M. ⁽³⁾ (g/km)	EVAP ⁽²⁾ (g/test)	CO ⁽²⁾ (%)	
						NBR-6601						SHED	M.L.	
Veículos Leves (M.T.M. ≤ 3.856 kg and M.O.M. ≤ 2.720 kg)	E22, E100, FFV, Diesel ⁽⁴⁾ ou GN	Veículos de Passageiros		L6	- Veículos Diesel: NM & TM: 1/1/2013 - Veículos Otto: NM: 1/1/2014 TM: 1/1/2015	1,30	0,30 ⁽¹⁾	0,05	0,08	0,02	0,025	1,5 ⁽⁵⁾	0,2	80.000
		Veículos Comerciais & Veículos Fora de Estrada	< 1.700 kg	L6	- Veículos Diesel: NM & TM: 1/1/2013 - Veículos Otto: NM: 1/1/2014 TM: 1/1/2015	1,30	0,30 ⁽¹⁾	0,05	0,08	0,02	0,030	1,5 ⁽⁵⁾	0,2	80.000
			> 1.700 kg	L6	- Veículos Diesel: NM & TM: 1/1/2013 - Veículos Otto: NM: 1/1/2014 TM: 1/1/2015	2,0	0,50 ⁽¹⁾	0,06	0,25 ⁽²⁾ or 0,35 ⁽³⁾	0,03	0,040	1,5 ⁽⁵⁾	0,2	80.000

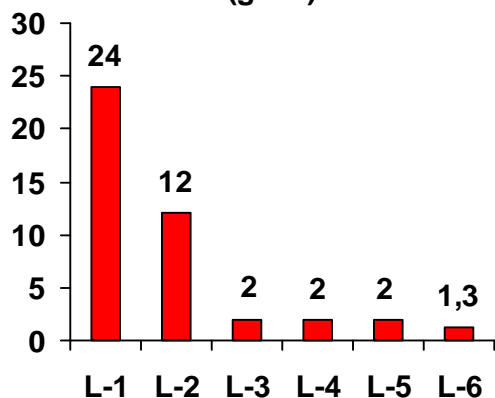
Obs.:

- (1) - Somente para Veículos a GN;
- (2) - Somente para Veículos E22, E100 ou FFV;
- (3) - Somente para Veículos Diesel;
- (4) - Veículos de Passageiros Diesel não são permitidos;
- (5) - Limites exigidos a partir de 1/1/2012 para Novos Modelos (NM);
- (6) - Para menos de 15.000 unidades/ano:
 - para Veículos Diesel aplicar 10% de fator de deterioração (DF);
 - para Veículos Otto aplicar 20% DF para CO e NMHC e 10% DF para NOx, CHO e EVAP;
- (7) - Para FFV é necessário fazer os testes com E22, E100 e 50% E22 + 50% E100;

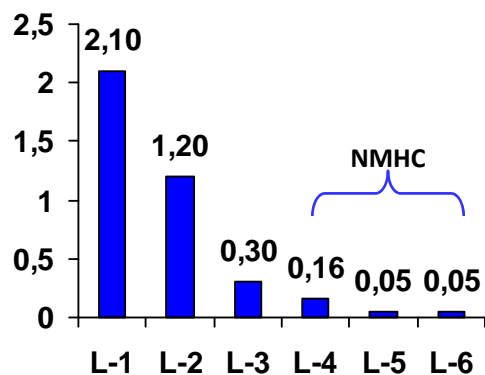
M.L. = Marcha Lenta
M.O.M. = Massa em Ordem de Marcha
M.V.E. = Massa do Veículo para Ensaio (M.O.M. + 136 kg)
M.T.M. = Massa Total Máxima Autorizada
E22 = Gasolina com 22% etanol anidro;
E100 = Etanol Hidratado;
GN = Gás Natural;
FFV = Veículo Flex Fuel;
NM = Novos Modelos;
TM = Todos Modelos.

Por força de acordo jurídico, os veículos leves Diesel passaram a atender os limites L6 a partir de 1/1/2012.

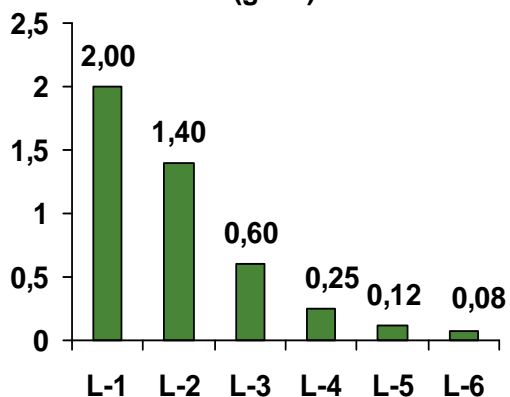
**Monóxido de Carbono - CO
(g/km)**



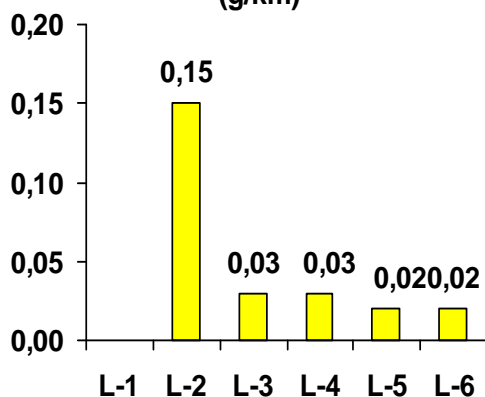
**Hidrocarbonetos - HC
(g/km)**



**Óxidos de Nitrogênio - NOx
(g/km)**



**Aldeídos Totais - CHO
(g/km)**



Datas de Exigência:

- L-1 = 1988
- L-2 = 1992
- L-3 = 1997
- L-4 = 2005 (40%)
2006 (70%)
2007 (100%)
- L-5 = 2009
- L-6 = 2013 (Diesel Leve)*
2014 (Otto Novos Mod.)
2015 (Otto 100%)

(*)- 2012 p/ Acordo Judicial

OBD

(Dispositivo de Auto-Diagnose do Nível de Emissões)

- Veículos Leves Otto:
 - Resolução CONAMA nº 315/2002 – Art. 10º
 - Resolução CONAMA nº 354/2004
 - OBD-Br1 => 01.01.2007
 - OBD-Br2 => 01.01.2010
- Veículos Leves Diesel:
 - Resolução CONAMA nº 415/2009
 - OBD-D => 01.01.2015

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO ANP Nº 40, DE 25.10.2013 - DOU 28.10.2013 - REPUBLICADA DOU 30.10.2013

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 178 de 21 de agosto de 2013, e da Resolução de Diretoria nº 1112, de 23 de outubro de 2013,

Considerando que compete à ANP implementar a política nacional do petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional;

Considerando que é atribuição da ANP proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos;

Considerando que compete à ANP especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis; e

Considerando os esforços envidados pelo governo e indústria para o controle da poluição atmosférica de modo a promover a melhoria da qualidade ambiental e o bem-estar da população;

Resolve:

Óleo Diesel
Rodoviário

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO ANP Nº 69, DE 23.12.2014 - DOU 24.12.2014

Altera as Resoluções ANP nº 45 de 2012, nº 50 de 2013 e nº 50 de 2014.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 300, de 14 de agosto de 2014, tendo em vista o artigo 11, inciso III, da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, de acordo com as disposições da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria nº 1309, de 23 de dezembro de 2014,

Considerando que compete à ANP implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional;

Considerando que compete à ANP proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos, bem como especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis, e

Considerando a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, que dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final e dá outras providências,

Resolve:

Gasolina
Comercial

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO ANP Nº 7, DE 21.2.2013 - DOU 22.2.2013 – RETIFICADA DOU 15.4.2013

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 144, de 20 de fevereiro de 2013,

Considerando que compete à ANP implementar a política nacional do petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e biocombustíveis, em todo o território nacional;

Considerando que cabe à ANP proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos, bem como especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis;

Considerando o interesse do governo de incrementar a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional;

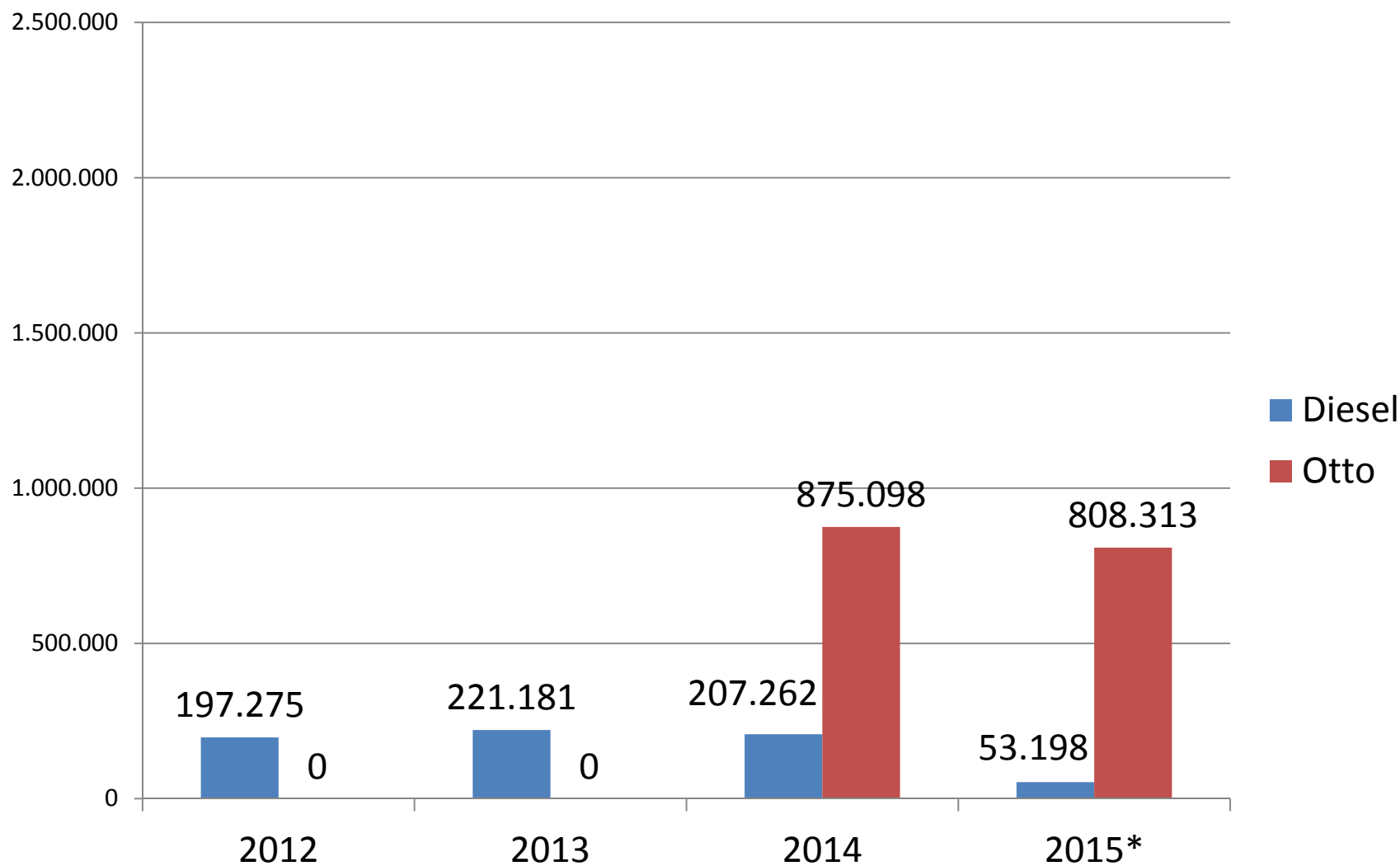
Considerando o percentual obrigatório de adição do álcool etílico anidro combustível ou etanol anidro combustível à gasolina; e

Considerando ser essencial a adoção de dispositivos regulatórios que evitem a comercialização de álcool etílico anidro combustível ou etanol anidro combustível como álcool etílico hidratado combustível ou etanol hidratado combustível, com vistas a reprimir práticas fraudulentas no mercado,

Resolve:

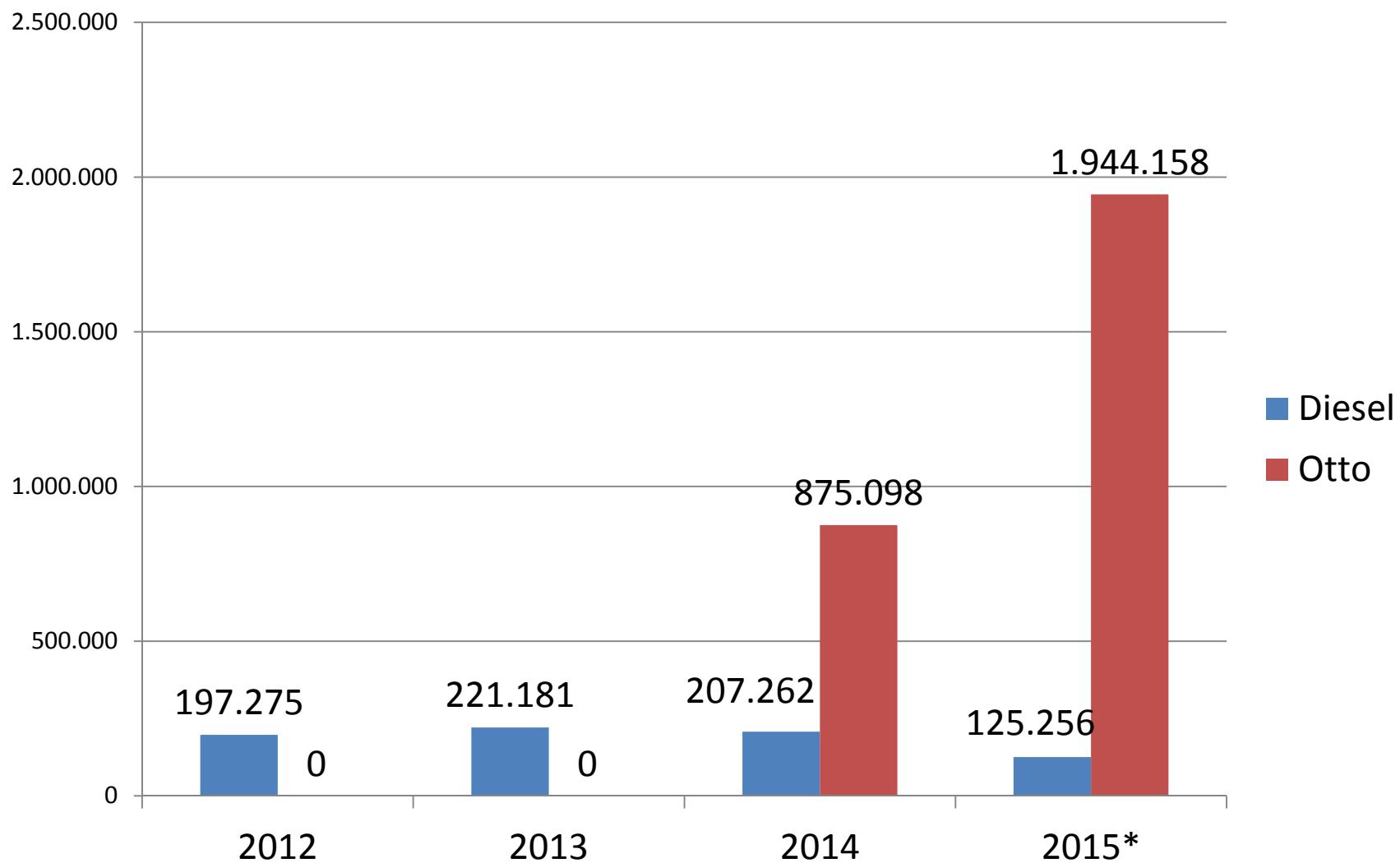
Etanol
Anidro e
Hidratado

Licenciamentos de Veículos L6



(2015* - de janeiro a abril)

Licenciamentos de Veículos L6



(2015* - de janeiro a outubro)

CONCLUSÃO

A introdução no mercado brasileiro, de veículos rodoviários leves que cumprem os limites de emissões prescritos pelo PROCNVE L6, vêm ocorrendo sem ressalvas ou problemas e atendendo às datas previstas pela legislação.